

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A TRANSFORMAÇÃO MATERIAL DO

Autor(res)

Rosa Maria Silva Das Neves Rayniere Carvalho Almeida



Categoria do Trabalho

1 3 MOSTRA
Instituição
FACULDADE ANHANGUERA DE BRASILE NT | FICA

A introdução da inteligência virtual no direito marca uma transformação e inovação no campo jurídico. Esta ferramenta poderosa está sendo aplicada em várias áreas do direito para melhorar a eficiência, precisão e

Embora existam inúmeros pontos positivos destacados ao longo do texto, sobre a entrada da Inteligência Virtual no ambiento jurídico. Devem ser analisados de antemão o cumprimento aos princípios fundamentais, onde são garantidos que o sistema jurídico funcione. Se destacam: a Igualdade perante a lei, o Devido processo legal, a presunção de inocência, o Acesso à justiça, a Imparcialidade, a Transparência, a Proporcionalidade e equidade, e

sente trabalho é analisar como inteligência artificial no âmbito jurídico tem transformado

ca, utilizando-se do método hipotético dedutivo e posicionamentos distintos sobre o tema apresentado, a saber, o através do qual analisar-se-á d a realidade palpável na sociedade contemporânea, e



Resultados e Discussão

A inserção da Inteligência Artificial (IA) no âmbito dos tribunais tem sido um tema de grande interesse e debate nos últimos anos. Além do interesse, se trata de um grande desafio, tendo em vista as diversas informações circuladas ao rápido acesso pela sociedade por meios dos aparelhos eletrônicos.

Existem alguns pontos interessantes a serem levantados para a melhor intenção no esclarecimento da aplicação da IA no ambiente jurídico: O Ato de ternar automático, sem intervenção humana; A Previsão da Análise dos dados; O Atendimento Jurídico virtual; Análise e Revisão de evidências; Gerenciamento dos processos judiciais; A Tomada de decisão; Os algoritmos; A Transparência; A Privacidade dos dados; A Responsabilidade das decisões.

Conclusão

Embora os avanços ofertados para melhoraria na eficiência e acessibilidade ao sistema judicial, levantem outros interrogatórios a respeito da ética, do viés algoritmico, da privacidade e transparência. O objetivo principal da implementação de forma responsável, não so garantindo os direitos fundamentais, mas, levando em consideração que o sistema jurídico funcione de maneira justa, equitativa e imparcial.

Referências

Ashley KD. Modelos de Predição de Resultados Jurídicos. In: Inteligência Artificial e Legal Analytics: Novas Ferramentas para a Advocacia na Era Digital. Cambridge University Press; 2017:107-126.

EDUCAÇÃO, Saraiva. Desafios e possibilidades com o uso da inteligência artificial no Direito. 2023. Disponível em:https://conteudo.saraivaeducacao.com.br/juridico/inteligencia-artificial-no-direito/> Acesso em: 17 maio. 2024.

SCHOOL, Business. Inteligência Artificial no Direito: O que é e Principais Impactos. 2019. Disponível em: https://fia.com.br/blog/inteligencia-artificial-no-direito/#:~:text=mundo%20do%20Direito-,0%20que%20%C3%A9%20Intelig%C3%AAncia%20Artificial%20no%20Direito%3F,ou%20outro%20profissional%20do%20Direito.> Acesso em: 17 maio. 2024.



